

## TERRITÓRIO E IDENTIDADE NA “TERRA MÃE DO BRASIL”:

a invisibilidade indígena na cidade de Porto Seguro – Bahia<sup>1</sup>  
Territory and identity in "Earth Mother of Brazil": Indian in the city of invisibility  
Porto Seguro - Bahia

Sebastião Cerqueira-Neto<sup>2</sup>

Ana C. Pinheiro<sup>3</sup>

Ricardo de Almeida Cunha<sup>4</sup>

Artigo recebido em: 28/02/2020.

Artigo aceito em: 17/05/2020.

### RESUMO

Certamente, que a cidade de Porto Seguro (BA) possui um valor incalculável no contexto histórico do país. Esta reflexão tem como objetivo principal contribuir com a decodificação de uma dicotomia estabelecida entre território e identidade dentro de uma escala local. A tentativa de invisibilização dos indígenas no território de Porto Seguro é uma ação contínua e acentuada pela globalização do turismo de massa; o que justifica a produção de pesquisas como a que gerou este artigo. Apesar deste cenário, a pesquisa concluiu que há uma resistência dos Pataxó e o engajamento de Instituições de pesquisa, como o Instituto Federal da Bahia em Porto Seguro, que produzem ações que impedem o processo total de invisibilidade desses povos tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Pataxó; Turismo.

### ABSTRACT

Certainly, that the city of Porto Seguro (BA) has an incalculable value in the historical context of the country. This reflection has as main objective to contribute to the decoding of a dichotomy established between territory and identity within a local scale. The attempt to make indigenous peoples invisible in the territory of Porto Seguro is a continuous and marked action by the globalization of mass tourism; which justifies the production of research such as the one that generated this article. Despite this scenario, the research concluded that there is resistance from the Pataxó and the engagement of research institutions, such as the Federal Institute of Bahia in Porto Seguro, which produce actions that prevent the total process of invisibility of these traditional peoples.

**KEYWORDS:** Territory; Pataxó, Pataxó; Tourism.

---

<sup>1</sup> Texto resultante de uma pesquisa de Iniciação Científica. Bolsa PIBIC-EM/IFBA.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia com ênfase em Análise Regional pela Universidade Federal de Sergipe - UFSE (2009). Professor do Instituto Federal da Bahia / Campus Porto Seguro. Link do Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0707747014759987>>. E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

<sup>3</sup> Bolsista PIBIC/IFBA. E-mail: annapinheiro71@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais na Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB (2019). E-mail: rcunha@ifba.edu.br

## Introdução

O território é um tema muito presente nas pesquisas, sobretudo, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Na Geografia é uma abordagem muito cara, pois, é inerente ao trabalho do geógrafo. Este artigo se propôs a analisar dentro do território do Extremo Sul da Bahia, pontualmente, na cidade de Porto Seguro, o afastamento ou até mesmo a supressão de símbolos que permitem identificar a cidade como sendo um dos principais núcleos das etnias que habitavam esse território antes da invasão dos colonizadores.

Na tese “Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia” (2009) onde abordei a dinâmica do Extremo Sul da Bahia dentro de uma perspectiva de “afastamento identitário” com Estado da Bahia, foi possível perceber que há uma fragmentação. Uma fragmentação derivada na diversidade de processos que estão presentes no território que vão desde a fragilidade da governança, passando pela pressão de grandes grupos econômicos, o lado perverso da globalização, e que gera uma luta por parte de movimentos sociais, bem como por parte das comunidades tradicionais. É neste cenário de distanciamento e de desvalorização da identidade para o território que encontram-se as comunidades tradicionais como os quilombolas e indígenas; nestas últimas está o interesse da pesquisa que deu origem a este *paper*.

Assim, esse artigo, fruto de uma pesquisa de iniciação científica, oferece uma leitura nesse início do século XXI sobre a relação que o município de Porto Seguro tem com os Pataxós, uma interpretação que tem como base a contribuição através da pesquisa oral e da vivência dos pesquisadores no território do Extremo Sul da Bahia. Dessa forma, esta reflexão tenta mostrar um outro lado da história, geralmente, oculto pela mídia local bem como pela grande mídia do país.

## **Discussão teórica sobre território**

De acordo com Almeida (2005, p.104) o “território tornou-se um termo bastante banalizado, sendo empregado, às vezes, por pura comodidade de linguagem, com o sentido de espaço ou de região”. Machado (1997, p.20) entende que a polissemia existente no conceito de território “é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber”. Uma outra possibilidade que pode explicar esta diversidade de uso do termo território nas pesquisas pode ser verificada em Haesbaert (2002): a) território numa posição materialista: território e natureza; b) território numa perspectiva idealista: território e cultura; c) território e integração entre diferentes dimensões sociais; d) território e história; e) território: sentido absoluto e relacional.

Diferenciando espaço de território, Raffestin (1993, p.143) diz que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Silva; Silva (2003) entendem o território como uma “organização social”, por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo. E, para Gonçalves (1995, p.311) como o território é “originalmente um conceito jurídico-político torna-se um conceito-chave para os geógrafos”. Estes pensamentos que colocam o território como um componente passivo, sendo ele o resultado das ações humanas, refletem uma evolução ou uma nova vertente de interpretar a dinâmica social dentro dos seus limites geográficos. Mas, Haesbaert (2002, p.21) lembra que “dentro da dimensão material do território é necessário, portanto, considerar essa dimensão natural, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais”. E, ainda que seu uso, nos dias atuais, possa ser considerado reducionista ele continuará tendo um caráter geográfico. Prova disso, é a dessemelhança entre os significados de país e nação.

Machado (1997, p.24) relembra que “o conceito de território se origina dentro das ciências naturais, na botânica e na zoologia, as quais designam território como área de disseminação de espécies vegetais ou animais”. Este conceito também valoriza a delimitação de uma área territorial, não levando em consideração a presença humana, isto, se o homem não for considerado como um animal na cadeia da evolução das espécies. No entanto, por mais críticas que podem ser remetidas a ele, a sua aplicação não traz nenhum tipo de prejuízo para a compreensão da análise geográfica, ao contrário, se torna um balizador na primeira parte da descrição geográfica no que se refere à diferenciação dos lugares. Cataia (2001, p.209) oferece uma proposta harmoniosa minimizando a probabilidade de estabelecer uma dicotomia entre o que é o território, enquanto elemento físico e suas mudanças culturais:

Cristalizar as fronteiras no território é como demarcá-las num papel, numa carta; ao mesmo tempo em que há fisicalidade (papel, tinta da caneta, etc.), há trabalho que demandou informação e há transmissão de informação; aquele que lê nunca mais será o mesmo. Assim é a fronteira como informação; ela é construída, destruída, reconstruída, isto é, ela aceita as tintas que a sociedade lhe imprime, mas ao mesmo tempo informa àquela sociedade que a produziu, como ela deve agir em face do que ela própria escreveu no território e que se transformou numa ordem.

O território abordado em Sposito (2004) é dividido em duas possibilidades de compreensão: uma que privilegia o sistema de redes, voltada para a velocidade, conexidade e a instantaneidade das informações e da comunicação, onde há o desaparecimento das barreiras físicas da geografia. E, a outra está ligada ao cotidiano dos indivíduos, com escalas bem reduzidas como, por exemplo, a casa, a rua, o ambiente de trabalho. Por esta via de análise há um dissecamento do território para tentar entender a sua totalidade.

Gupta; Ferguson (2000, p.47) propõem que

o território físico, durante tanto tempo a única grade sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contigüidade – de modo geral, a representação de território – variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de

forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder.

Segundo Raffestin (1993, p.153) “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. No cotidiano das cidades o território de Raffestin pode ser identificado através dos camelôs, da prostituição, por exemplo.

Dotado de um sentimento de justiça e igualdade que poderia dispensar qualquer novo conceito teórico sobre o território, Moraes (2002, p.198) espera “a construção de um Brasil mais democrático, onde o território seja de fato um bem comum, um patrimônio nacional apropriado em benefício do conjunto da nação”. E isso remete a pensarmos em todos aqueles que estão no território, inclusive todas as etnias; afinal, o Brasil é um país com diversidade de paisagens e de culturas.

Como o território pode ser analisado sob diferentes aspectos, como está presente nessa compilação teórica, esta reflexão ao invés de optar por uma definição ou um conceito, ela aborda o território a partir de fragmentos de cada contribuição teórica elencada neste texto. Portanto, essa análise, no contexto teórico, é um esforço de uma amalgâma entre as diferentes concepções no que se refere ao entendimento sobre o significado de um dado território.

Entretanto, a possibilidade de multiuso do conceito de território, quando se refere ao território indígena é preciso acrescentar que há uma legislação para demarcá-lo, portanto, não é apenas um território imaginário, com vetores intangíveis. Para Cavalcanti (2016, p.22) “o processo de construção do conceito “terra indígena” foi longo e juridicamente complexo. No entanto, ainda paira sobre ele bastante desconhecimento, inclusive em espaços onde isso não deveria ocorrer, como na administração pública”. Nesse sentido, o território indígena desperta discussões dentro de uma dicotomia entre quem é contra ou quem é a favor das demarcações de terras destinadas às diferentes etnias. Portanto, é um território que

diferentemente, sobretudo, dos territórios urbanos, depende de uma legislação própria.

A importância da pesquisa que originou este artigo está em oferecer uma contribuição teórica no que concerne a importância do território no seu viés cultural através da presença de comunidades tradicionais. No caso dessa pesquisa a relação do território com a etnia Pataxó no município de Porto Seguro, onde é possível verificar a difícil arte manter uma identidade diante dos tentáculos da globalização; e certamente que isso tem influência direta no planejamento oficial (feito pelo Estado) do território, por exemplo, como mostra Ferrão (2002, p.157) quando escreveu sobre a divisão norte/sul em Portugal analisando o caráter identitário dessa oposição geográfica:

São, portanto, as expectativas face à ação do Estado (central e local) como agente facilitador do desenvolvimento que comandam as oposições, recortes e identidades de base territorial típicas do Portugal moderno, e já não as características do mundo rural, como sucedia no Portugal tradicional.

É importante verificar, numa escala menor, o município, como o governo local trata as comunidades tradicionais em seu território; no caso específico dessa pesquisa, as comunidades indígenas. Será que essas etnias são apenas importantes para o interesse do turismo? Haja vista que o governo local só espera algo através do Governo Federal para propor políticas de inserção para as comunidades indígenas. No jogo de quem é responsável pela vida dessas comunidades os estados são inoperantes nessa questão, ficando toda legislação e dinâmica sobre o poder federal, que ao longo da história do país, mesmo com alguns esforços, não conseguiu implantar uma política eficaz para as etnias; talvez porque o modelo ideal esteja dentro das comunidades, não dentro dos órgãos públicos. Na verdade, parece haver uma

Incapacidade epistêmica, sobretudo da teoria cultural, mas também das economias políticas com sua meta desenvolvimentista, de lidar com as outras epistemes, como as indígenas, na medida em que estas falam frequentemente do lugar da Natureza como viva e portanto da *verdade*, e para o culturalismo a Natureza não só é morta e perigosa mas a verdade

ou inexistente ou impossível de ser acessada, pois seria o lugar que a episteme ocidental hegemônica só consegue ver como o lugar da captura (OURIQUES, 2014, P.41).

O objetivo principal foi oferecer uma contribuição teórica sobre os estudos em território, onde a relação com a identidade local se torna cada vez mais frágil, sendo percebida fortemente através da segregação e preconceito com as comunidades indígenas no município de Porto Seguro, no Estado da Bahia. No que se refere a metodologia, A pesquisa terá uma parte teórica, pautada na compilação de pensamentos de autores que se dedicam a estudar território, identidade e globalização no Brasil; bem como, no âmbito local, agregar pesquisas sobre o Extremo Sul da Bahia e, particularmente, do município de Porto Seguro.

No que concerne especificamente à adoção de métodos, certamente, que cada ciência tem o seu próprio método, no entanto, isso “não exclui ou impede o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências” (MENDONÇA, 1998, p.40); mesmo porque a Geografia, considerada como uma ciência-ponte sempre se utilizou de métodos de outras ciências. Dentro dessa perspectiva, Milton Santos (1996, p.19) dirá que “nunca é demais insistir no risco representado por uma ciência social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída como um todo”. Daí a ponte entre estudos culturais, históricos, antropológicos e a geografia. No que se refere ao trabalho de campo, este foi desenvolvido pelo pesquisador e seu bolsista em coleta de dados, registro fotográfico etc. Em gabinete realizou-se a interpretação e tabulação de dados coletados em campo e em consultas em sites de órgãos oficiais e ONGs.

### **Porto Seguro: território do turismo**

O município de Porto Seguro está localizado na região do Extremo Sul da Bahia, e isso favoreceu que o seu território tivesse todo o aporte dos investimentos gerados pelo PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) que,

Surgiu em meio à Política Nacional de Turismo e como uma tentativa de qualificar as regiões do Nordeste para o turismo receptivo, sobretudo, internacional, num cenário de crise econômica nacional, conhecido como as “décadas perdidas” (ARAUJO, 2005, p.325).

Até atingir o status de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas do turismo que foi decisivo na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por *hippies* ou pelas chamadas comunidades alternativas à um dos maiores pontos de atração turística do Brasil, Porto Seguro foi se desenvolvendo de maneira espontânea, atraindo investimentos de todos os níveis e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais com objetivos diferentes.

Até meados da década de 80, verificava-se uma maior incidência de pequenos empreendimentos (...) A descoberta de Porto Seguro pelos grandes operadores turísticos nacionais fez surgir um novo segmento: o turismo de massa; crescendo com ele o número de novos e maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a exercer forte pressão sobre a infra-estrutura básica. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2000, p.16).

Por ter se tornado um polo de atração populacional, Porto Seguro teve a sua urbanização feita pelos pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e invasões. Este crescimento urbano é próprio da migração (CASTELLS, 2000) e seus efeitos negativos, às vezes, se tornam difíceis de ser contidos ou mesmo solucionados, ainda que o município tenha um plano urbanístico, como é o caso de Porto Seguro. Por outro lado, de certa maneira criou-se o conceito de que o lugar que recebe grande número de pessoas se encontra num estágio de desenvolvimento, muito próprio de pensamentos dos planejadores da década de 1970 que preparavam

as cidades para a industrialização, concebida como sinônimo de desenvolvimento, de modernização. Questões como a do impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano eram desconhecidas ou ignoradas no processo de decisão sobre a instalação de atividades industriais nas cidades (MENEZES, 1996, p.34).

O relato de Menezes (1996) ainda está presente no atual processo de turistificação das cidades litorâneas do Extremo Sul da Bahia que segue um modelo ultrapassado de se pensar desenvolvimento. No município de Porto Seguro a

explosão demográfica, em virtude da expansão do turismo, teve uma repercussão negativa no seu meio físico, um meio muito sensível pelas características de alguns dos seus ecossistemas como, mangues, restingas, falésias desnudas e foz de rios; com possível rebatimento no modo de viver dos Pataxós.

A preocupação com a proteção de Porto Seguro e toda a Costa do Descobrimento, relacionada com o inchaço do seu território, está explícita no relatório do Plano de Referências Urbanísticas Ambientais / PRUA elaborado pelo Governo da Bahia (1997, p.05):

O fato da concentração populacional e a migração de cerca de 14.000 habitantes novos por ano (...) gera atualmente uma desestruturação insuportável para qualquer estrutura urbana e pode colocar em risco a imagem do destino turístico “Porto Seguro” e a “Costa do Descobrimento” e até arranhar a imagem “Bahia” no mercado turístico nacional e internacional.

Fica evidenciado que a preocupação principal do PRUA é o turismo, contudo, a elaboração de planos específicos para atender determinada atividade econômica acaba por privilegiar uma pequena parte da sociedade e concorre para que não haja uma interação com outros planos municipais que visem o ordenamento territorial (como Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, por exemplo). Os projetos de desenvolvimento pensados para esta região, considerada como berço da história da colonização portuguesa na América, mostrando o turismo como a principal e única atividade econômica possível, a tornou somente para servir aos turistas sem se preocupar com a sociedade que nela habita, sobretudo, com os povos indígenas.

Quanto a atividade turística, é cristalino que ela tem uma grande importância social e econômica para Porto Seguro. No entanto, de acordo com Cerqueira-Neto (2009) sua dinâmica deve estar inserida num contexto maior, que é o planejamento territorial de todos os municípios que podem utilizar de seus atrativos naturais e históricos como fonte de geração de emprego e renda. Não se pode haver um planejamento turístico senão existir um plano diretor ou uma legislação municipal que oriente todo o desenvolvimento do município. O que se

percebeu durante a realização desta pesquisa é que nos lugares que têm vocação para o turismo, existe uma preocupação com o melhoramento do chamado *trade* (que são todas as atividades ligadas ao turismo), mas sem consonância com o restante dos vetores que compõem o cotidiano municipal. Desta forma, o planejamento para o turismo se torna mais um evento setorial e excludente.

Na microrregião de Porto Seguro os índios foram forçados a participarem, em algum grau, da urbanização, em decorrência do sufocamento de suas áreas e consequentemente a diminuição da capacidade de sobrevivência dentro dos limites de suas reservas. Em meio aos asfaltos e os concretos das construções das cidades é comum encontrar indígenas comercializando artesanato feito com elementos naturais que são encontrados em suas reservas já debilitadas ambientalmente ou estão ocupando outras atividades urbanas como, por exemplo, servirem ao turismo, não raro, de forma caricata do que seria sua cultura. Sendo assim, a etnia Pataxó não terá um papel relevante dentro do município de Porto Seguro. Por outro lado, os Pataxó terão um peso na economia dentro do setor turístico na cidade vizinha de Santa Cruz Cabralia, onde a presença indígena é visível em diversos setores econômicos da cidade.

### **Onde estão os Patoxós?**

No ano de 2000 a comemoração pelos 500 anos do chamado descobrimento do Brasil na cidade de Porto Seguro (BA) foi evento catastrófico, não pelo confronto que houve contra as manifestações das etnias do território, mas, porque mostrou ao mundo como o Brasil trata seus povos indígenas. Por outro lado, as tristes cenas do confronto serviram para mostrar que no Brasil e em Porto Seguro ainda há representantes dos povos que nesse território viviam antes da chegada dos portugueses, e que se emergiram de suas aldeias demonstrando que são resilientes quanto a tentativa de extermínio. Portanto, o que ocorreu no ano de

2000 é apenas a continuidade de um processo que objetiva exterminar, excluir os povos indígenas do cotidiano da cidade de Porto Seguro.

Como o escopo da pesquisa foi o de investigar a invisibilidade indígena em Porto Seguro nos dias atuais, daí a justificativa do enfoque na etnia Pataxó que vive no município. Assim, a pesquisa interroga o porquê da cidade de Porto Seguro sempre preferiu preservar e idolatrar a figura e os símbolos dos colonizadores em detrimento dos povos tradicionais. De tanto a história ser contada e escrita através da visão do colonizador parece natural pensar que o mesmo seja o único responsável pela construção, inclusive cultural, do território local.

No decorrer da pesquisa pôde-se observar como a figura indígena tem sido voltada para as atrações turísticas da cidade; onde os índios são forçados a se moldarem para se adaptar a esse aspecto, perdendo cada vez mais sua identidade. Além disso, sua importância é voltada totalmente para questões econômicas, toda sua forma de representação cultural é vendida, seja pelo artesanato ou até mesmo por meio de rituais tradicionais. “Os índios perderam parte do seu território e hoje servem de atrativo turístico” (CERQUEIRA-NETO, 2013 p.260). Nos pontos mais centrais da cidade a figura do colonizador é destacada, como por exemplo, o Trevo do Cabral (figura 01). No sítio histórico mais conservado, inclusive, sob cuidados de órgãos oficiais, o conjunto arquitetônico da Cidade Histórica (figura 02) se caracteriza por conter elementos da colonização, como igreja, canhão, marco com símbolos de Portugal etc. Portanto, de certa forma, os símbolos da colonização presentes na paisagem da cidade parecem ter um caráter de perpetuação de uma eterna submissão, de sempre se lembrar dos invasores como benfeitores. Se essa leitura que se faz pode ser interpretada como radical, por outro lado, também não se pode imaginar que o destaque que esses símbolos possuem no território de Porto Seguro contrariamente a supressão dos primeiros habitantes seja algo posto de forma ingênua.

Figura 01. Imagem de Pedro Álvares Cabral num ponto central da cidade.



Autora: Ana C. Pinheiro, 2016

Sendo assim, percebe-se que desde a época da chegada dos colonizadores até os dias atuais o Estado, associações, organizações, o *trade* turístico, e também grande parte da sociedade, agem de forma a suprimir os símbolos que de alguma forma possam significar que o território de Porto Seguro é originalmente um território indígena. Se esta interpretação for equivocada, então, o que justifica a preservação, conservação das construções europeias em contraponto ao total desaparecimento da arquitetura produzida pelo povo Pataxó?

Figura 02. Imagem de parte do conjunto arquitetônico da Cidade Histórica.



Autora: Ana C. Pinheiro, 2016

Um outro processo contraditório que contribui no isolamento desses povos com os outros moradores do município se encontra na configuração de reservas indígenas. As reservas tanto podem representar um lugar da preservação e proteção da cultura, como também podem significar um confinamento dentro de um arranjo

territorial, e assim, passam a serem vistos como algo exótico, estranho ao que chamamos de sociedade brasileira.

No jogo de quem é responsável pela vida dessas comunidades os Estados são inoperantes nessa questão, ficando toda legislação e dinâmica sobre o poder federal, que ao longo da história do país, mesmo com alguns esforços, não conseguiu implantar uma política eficaz para as etnias; talvez porque o modelo ideal esteja dentro das comunidades, não dentro dos órgãos públicos. Na verdade, parece haver uma

Incapacidade epistêmica, sobretudo da teoria cultural, mas também das economias políticas com sua meta desenvolvimentista, de lidar com as outras epistemes, como as indígenas, na medida em que estas falam frequentemente do lugar da Natureza como viva e portanto da *verdade*, e para o culturalismo a Natureza não só é morta e perigosa mas a verdade ou inexistente ou impossível de ser acessada, pois seria o lugar que a episteme ocidental hegemônica só consegue ver como o lugar da captura (OURIQUES, 2014, P.41).

Aliada a essa incapacidade epistêmica, citada por Ouriques (2014), está a lentidão na demarcação de terras indígenas no Brasil; para Souza-Santos (2014, p.49) “essa recusa em enfrentar a questão não se limita aos órgãos judiciais, alcança também a administração pública em geral. [...] a paralisação reflete uma inação conjunta entre sistema judicial e sistema administrativo”. Essa dinâmica morosa conjugada com a falta de reconhecimento ou negligenciamento da cultura indígena no país está contribuindo para uma dizimação total dos primeiros habitantes das terras onde hoje é o Brasil.

Por outro lado, não basta apenas demarcar as reservas criando uma cartografia abissal, que as isole da convivência com outras áreas, e assim pensar que já se fez justiça. As reservas indígenas, geralmente, são classificadas dentro um território municipal como uma área rural ou um distrito, por exemplo. A maioria dessas comunidades vive marginalizada em relação a cidade, numa espécie de isolamento social e cultural, muitas vezes servindo como objetos de pesquisas, ou são vendidas como um atrativo turístico. Não se pode querer que uma reserva

indígena se comunique dentro de um sistema onde os seus territórios sejam inferiorizados hierarquicamente, inclusive, em todas as escalas de governo. “O Brasil necessita encontrar os caminhos que integrem à sua sociedade os grupos sociais menos favorecidos para que possa desenvolver a sua economia, sua cultura e se apresentar perante o mundo como um país que se impõe, que tem uma contribuição positiva a oferecer” (ANDRADE, 1991, p.49). Portanto, os mapas oficiais que demarcam as reservas indígenas não são democráticos, pois criam limites cartográficos que visam impor a segregação ou a “proteção” de tal parcela da população.

No centro urbano de Porto Seguro, assim como em quase toda a sua orla, não há referências ao indígena. Lojas, barracas de praia, hotéis, utilizam em suas fachadas nomes e expressões que os sintonizem com o que pede a globalização, como, por exemplo, o estrangeirismo. A maior parte da população Pataxó, no município de Porto Seguro, se concentra na Reserva da Jaqueira e na Aldeia Barra Velha, e tem sua sobrevivência financeira atrelada ao *trade* do turismo, pois, para o consenso neoliberal “os fenômenos culturais só lhes interessam na medida em que se tornam mercadorias que como tal devem seguir o trilho da globalização econômica” (SOUZA-SANTOS, 2002, p.55); e isso, de certa forma tende a segregar cada vez mais a cultura Pataxó. Portanto, a etnia Pataxó vive num território que tem um conteúdo histórico relevante para o país do qual são personagens principais, mas que ao mesmo tempo se tornou um território do turismo de massa que se torna perverso a partir do momento em que a praia e o sol são as referências de Porto Seguro. Logo, a história da sua origem, que está ligada diretamente aos Pataxós, perde o valor de caráter identitário; conseqüentemente, o município passar a ser compreendido como, somente, um lugar do turismo de massa. E esse tipo de turismo não tem como finalidade a preocupação com a cultura local.

A corrosão de alguns símbolos culturais provocada pelo desgaste natural ou pelo desenvolvimento econômico pode comprometer a análise da sua evolução, enquanto uma área de referência para a colonização do país, como também perde

um referencial de cultura para a nova geração que nasce na região ou para aqueles que migram para ela (CERQUEIRA-NETO, 2009). Desta forma, a cultural Pataxó tende a permanecer segregada em suas aldeias ou sendo encaixada na economia do município para atender ao turismo.

### **A resistência**

Apesar da imensa força empregada para que cada vez mais os Pataxó sejam excluídos do território de Porto Seguro, há, contrariamente, forças que possibilitam a resistência dessa etnia. As formas de resistência podem estar tanto em alguns atos públicos (manifestações) ocupando a cidade, como também noutras ações através da formação superior, no uso das mídias como forma de expressar e divulgar sua cultura, e na política.

Decerto que o acesso a algumas tecnologias tem facilitado a comunicação, a informação sobre diversos temas da nossa sociedade. Para Milton Santos (2004b), em sua obra “Pensando o espaço do homem”, múltiplas denominações podem ser aplicadas ao nosso tempo, sendo a mais expressiva a do período tecnológico que alterou as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas. Sendo um dos principais questionamentos de Milton Santos, como o desenvolvimento de tecnologias poderá contribuir com a sociedade.

Ainda que o acesso a internet, a compra de um computador ou um telefone celular de última geração não tenha se democratizado à todos os brasileiros, no entanto, mesmo com equipamentos mais simples, é possível criar, reproduzir, comunicar, manifestar sobre tudo aqui que nos incomoda. Com os povos tradicionais, não é diferente. Os Pataxós, em sua maioria, possuem acesso a essas tecnologias e as utilizam de diversas formas, sobretudo, como ferramentas de denúncia, organização, divulgação etc. Os moradores de Aldeia Velha criaram um

sítio<sup>5</sup> onde descrevem parte da sua história, divulgam parte da sua cultura, mostram através de fotos a dinâmica do cotidiano, relatam suas reivindicações enquanto nação, noticiam o calendário da suas atividades educacionais, pedagógicas etc. Enfim, se tornam visíveis, produzindo e publicando o que geralmente não interessa a grande mídia ou mesmo a mídia local. É comum nos sítios gerenciados por nações indígenas encontrar relatos de tentativas de extermínio de algumas etnias; tentativas essas ligadas a questão da demarcação de terras. São conflitos entre fazendeiros e ou grandes empresários contra os indígenas, consequência de uma frágil política de proteção as terras indígenas.

Os Pataxós que vivem na Reserva da Jaqueira, distante 12 km do centro de Porto Seguro, passaram a utilizar o turismo como forma de resistência. Na reserva de 827 hectares os turistas são recebidos e podem acompanhar no roteiro da visita diversas manifestações da cultura Pataxó, que para além de ser um ritual com cunho teatral, visto que é uma representação para o turista, é também uma forma de mostrar que ainda estão presentes no território. A Jaqueira também é um lugar onde os Pataxós preservam sua língua, conseguem afirmar sua identidade e, por conseguinte sua relação com o território e o meio ambiente. Dessa forma, os Pataxós passam a utilizar o turismo, uma atividade econômica que não foi introduzida por eles no território, em seu próprio benefício e demonstrando o alto grau de sua resiliência.

Uma outra forma do Povo Pataxó manifestar sua resiliência está na busca pela formação pedagógica e intelectual. O Curso de Licenciatura Intercultural (LINTER) do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Porto Seguro, abriga vários povos indígenas, tais como, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá em diversas aldeias no Extremo Sul da Bahia. A LINTER é uma oportunidade e um caminho não somente para a formação pedagógica, isto é, para aqueles que desejam ser professores em suas aldeias, mas, também um lugar de encontro entre o saber

---

<sup>5</sup> <https://aldeiavelha.wordpress.com>. O site oferece, principalmente, informações sobre o trade do turismo local. Acesso em novembro de 2017.

tradicional e o conhecimento acadêmico; portanto, um campo fértil e aberto para se pensar nessa relação. Assim, a partir do momento em que os povos indígenas saem de suas aldeias e vêm para a cidade estudar eles quebram a resistência da cidade dos não-índios, ultrapassando aquilo que Boaventura de Sousa Santos vai chamar de linhas abissais, saem de uma situação de opacidade e se tornam visíveis na cidade que, por todo o contexto da modernidade, da globalização, tenta cada vez mais torná-los invisibilizados. A dinâmica da LINTER possibilita que os Pataxós e os outros povos fiquem na cidade por três semanas consecutivas, utilizando a estrutura do IFBA/Campus Porto Seguro, se hospedam em hotéis da cidade, e utilizam de outros equipamentos possíveis na cidade. Porém, não são passivos quanto a reprimir sua cultura, ao contrário, realizam todos os rituais tal qual no cotidiano em suas aldeias.

E na política o Cacique Renivaldo, da etnia Pataxó, foi o primeiro indígena eleito para vereador nas eleições de 2016 no município de Porto Seguro. Com mais de 123 anos de emancipação política, somente no século XXI um representante dos Pataxós chega a um cargo público através do voto. Isso demonstra o quanto nossa democracia ainda tem que ser repensada. No entanto, apesar de todas as tentativas de invisibilizar a figura do indígena no município, inclusive com a segregação desses povos tradicionais em suas aldeias, sempre se pode esperar por uma revanche, uma resistência.

## **Conclusão**

Não se percebe que a cidade de Porto Seguro esteja preocupada em preservar sua origem; ao contrário, a dinâmica da cidade, que se dá basicamente norteadada pelo turismo de massa, não permite que os símbolos que representam os primeiros habitantes desse território sejam colocados em relevo. Dessa forma, Porto Seguro, seduzida pelo lado perverso da globalização, pois, adota uma postura de vender o seu território para o turismo sem pensar nas consequências malélicas para

o meio ambiente, para a cultura, para os seus moradores. Nesse contexto, o turismo é uma atividade que recebe poucas críticas, talvez porque é vista sob uma óptica que não transmite a realidade dos seus efeitos sobre moradores e meio ecológico, mas que pode provocar tantos danos quanto grandes empresas que não tem compromissos morais e afetivos com o território.

Certamente que a etnia Pataxó em Porto Seguro vai continuar a existir e resistindo, mesmo com toda a sedução que lhe é oferecida para que os indígenas se desprendam das suas origens, como por exemplo: a adoção a cultos e religiões que não fazem parte da sua história, como o oferecimento de acesso a tecnologias tentando parecer que eles estão descaracterizados da sua origem e, por conseguinte não teriam diferença entre os não-índios. Enfim, a uma série de estratégias para que a dizimação dos Pataxós aconteça, não só fisicamente através do conflito armado, mas também por uma intensa propagação da ideia da negação de sua cultura e de sua origem. Por esse caminho eles seriam “aceitos” como qualquer indivíduo da sociedade, tratados igualmente.

Entretanto, o que se percebe é que os Pataxós tendem a resistir, ainda que alguns membros da etnia tenham optado pelo caminho da “integração” a qualquer custo na sociedade, sem a visão crítica do que isso poderá influenciar nas futuras gerações dos Pataxós. Todavia, o uso da tecnologia como forma de mobilização para as causas indígenas; utilizar o turismo como atividade econômica, para a geração emprego e renda nas aldeias, sem sua identidade; a procura por uma formação acadêmica que objetiva contribuir com a perpetuação cultural da etnia; e o fortalecimento da representatividade política dentro do município, são formas encontradas pela nação Pataxó para resistir a um processo de neocolonialismo, capitaneado pela globalização, que está presente no território de Porto Seguro e que atinge, sobretudo, a população indígena.

Portanto, há uma tentativa de invisibilização da etnia Pataxó no município de Porto Seguro. Ao contrário dos monumentos e do conjunto arquitetônico que

remetem aos feitos dos colonizadores, preservados e mapeados como pontos turísticos da cidade; não se vê nenhum símbolo da cultura Pataxó que esteja presente na paisagem urbana. O que se espera do poder público municipal é que haja uma política permanente de valorização da cultura daqueles que foram os responsáveis pela formação do território de Porto Seguro. Adaptando uma linguagem da geologia para o atual cenário cultural referente a etnia Pataxó, deveria haver um processo de exumação e ao mesmo tempo afloramento dos seus símbolos; o que significaria o começo do resgate da identidade de Porto Seguro.

## Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. n.2, 2005. p.102-114.

ARAUJO, Cristina Pereira de. Um Porto Seguro para os próximos 500 anos. **BAHIA Análise & Dados**. Salvador, v. 15, n. 2-3, p. 323-332, set/dez. 2005.

CATAIA, Márcio A. **Território e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP, 2001.

CAVALCANTI, Thiago L. Vieira. **História** (São Paulo) v.35, e75, 2016.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Construção geográfica do Extremo Sul da Bahia. **Revista Geografia UFPE**. Recife, vol.30, nº01, pp. 246-264. 2013.

FERRÃO, João. Portugal, três geografias em recombinação Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. **Revista Lusotopie**, Éditions Karthala, Paris, 2002/2, pp.151-158.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil**. In BECKER, Berta (et al.) Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995. p.309-333.

GUPTA, Akhil e FERGUNSON, James. **Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença.** In: ARANTES, Antônio A.,(org.). O espaço da diferença. Campinas (SP): Papirus, 2000. p. 30-47.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: ciência humana?** 6<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

OURIQUES, Evandro. “Sobre a economia psicopolítica”. **Revista Ofícios Terrestres**, N<sup>o</sup> 3, julho/diciembre 2014. pp. 30-48.

SOUZA-SANTOS, Boaventura de. **O direito dos oprimidos.** Coimbra/Portugal: Almedina, 2014.

SOUZA-SANTOS, Boaventura de. **Globalização: fatalidade ou utopia** (org.). 2<sup>a</sup> ed. Porto/Portugal. Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Sylvio C.B.M. e SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.